

GRÉGORIO DALLEMAGNE

– PROJETO CANA OU O NOVO DISCURSO SUSTENTÁVEL –

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

Mudos

Muitos são os anéis que seus aniversários desenham em seu tronco. Estas árvores, estes gigantes cheios de anos, levam séculos cravados no fundo da terra, e não podem fugir.

Indefesos diante das serras elétricas, rangem e caem. Em cada derrubada o mundo vem abaixo; e a passarada fica em casa.

Morrem assassinados os velhos estorvos. Em seu lugar, crescem Os jovens rentáveis. Os bosques nativos abrem espaço para os bosques artificiais. A ordem, a ordem militar, ordem industrial, triunfa sobre o caos natural. Parecem soldados em fila os pinheiros e eucaliptos de exportação, que marcham rumo ao mercado internacional.

Fast food, fast food: os bosques artificiais crescem em um instante e vendem-se em um piscar de olhos. Fontes de divisas, exemplos de desenvolvimento de madeira ressecam a terra e arruinam os solos.

Neles, os pássaros não cantam,

As pessoas os chamam de bosques de silêncio.

Eduardo Galeano

Levantamento de dados e conceitos-chave da disciplina

O nascimento de uma breve reflexão sobre a lógica do plano etanol:

Na pesquisa de informações, queria buscar diferentes fontes para ter uma visão ampla e a mais objetiva possível, mesmo sendo uma utopia. O primeiro passo, após ter elegido o assunto, foi ler o último texto de Beto Novaes, “Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas” (Novaes 2007), e ver seu documentário “Quadra fechada”. Assim se deu meu contato com os primeiros atingidos pelo projeto etanol: os bóias frias, muitas vezes Nordestinos! Mais tarde, com a ajuda da Pastoral do Migrante, consegui o telefone do Sindicato dos empregados rurais de Cosmópolis, mas infelizmente, nunca fui até os canaviais.

O segundo passo foi ir até Rio de Janeiro para participar do “Segundo Encontro da Rede de Estudos Rurais” na UFRJ, onde foram analisadas, durante quatro dias, as várias realidades camponesas. A análise antropológica dos primeiros palestrantes me permitiu ter o primeiro contato com o segundo grupo de atingidos e ameaçados: os grupos rurais. Algumas semanas depois, participei do seminário do MAB sobre o “Panorama Energético Latino-Americano”, durante o qual encontrei, após ter ouvido vários analistas discursarem sobre a cana e o etanol, o Frei Sergio, que luta pela integração dos camponeses no agro-negócio. Segundo ele, não serve de nada tentar frear a cana porque esta já venceu: a sua liquidez lhe dá muito poder porque é facilmente transportável e pode ser gasta “gota-a-gota”. Assim, tudo que se pode fazer pelos camponeses é tentar fazer parte do movimento. Os camponeses formam seguramente um grupo de ameaçados - alguns deles já atingidos - e as terras agrícolas são os territórios ameaçados.

Terceiro e penúltimo passo, foi assistir ao “Seminário sobre condições de vida e de trabalho na agroindústria canavieira” no IFCH, organizado pelos pesquisadores do Centro de Estudos Rurais (CERES) da UNICAMP, nos dias 17 e 18 de outubro 2007. Esse foi talvez o passo mais decisivo na minha escolha de trabalho final, que iria tratar da ilusão que representa o plano etanol, tanto no âmbito social quanto ambiental. Mais especificamente, tentarei compreender o porquê da base racional do plano etanol que esconde quase totalmente o lado emocional e “humano” da produção na agroindústria canavieira. Nesse trabalho, retomarei algumas palavras dos diferentes palestrantes, sobretudo do professor Storel, com o fim de situar minha reflexão.

O último passo foi assistir ao “V Workshop Internacional Brasil-Japão em Biocombustível, Meio-ambiente e Biomassa”, de 29 de outubro a 1º de novembro 2007. Um dos palestrantes, o Dr. Arnaldo César da Silva Walter, professor da FEM na UNICAMP, falou das regras internacionais ditadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC)¹; regras que impediam condições de trabalho escravistas nos canaviais. Mas, a visão do Dr. Walter sobre a evolução positiva das realidades atuais nos canaviais, junto com a ideologia da modernização ecológica, mostrou que a lógica dos palestrantes do Workshop era simplesmente diferente, talvez oposta, a lógica dos professores do CERES: em um dos dois grupos, o preço social não tem muita importância ... *O fim justifica os meios !*

¹ Para mais informações sobre o trabalho do Dr. Arnaldo César da Silva Walter, Departamento de Energia, FEM/Unicamp, ver página web: <http://www.bioenergytrade.org>

Os projetos de infra-estrutura industrial e energética de grande escala resultam de decisões e de interesses nos âmbitos internacional, nacional e local, e de algum modo, estão fortemente condicionados, geograficamente, pela apropriação específica de recursos minerais, fluviais e locacionais – posição no terreno e territórios a controlar.

Nesses territórios, que passam a ser vistos como “regiões” geo-econômicas assim definidas e de uso a ser unidirecionado pelo grande capital, é inegável a presença anterior de povos nativos, de comunidades étnicas, inclusive de afro-descendentes.

Arsênio Oswaldo Sevá Filho – Escopo;
Unicamp, maio 2007.

O Brasil é o maior produtor de etanol de cana-de-açúcar do mundo e ocupa posição de liderança na tecnologia de sua produção. Os avanços tecnológicos permitem que a produtividade seja destacada e os custos de produção bem inferiores aos dos concorrentes internacionais. Essa liderança e competitividade devem-se ao longo trabalho de muitos anos feito por pesquisadores em instituições de ensino e pesquisa e em empresas privadas, que resultou em valiosa bagagem de conhecimento e de tecnologia sobre a cana, seus derivados e sobre o processo de fabricação do etanol de cana. As pesquisas trataram de temas diversos, como o melhoramento genético da planta, combate a pragas, técnicas agrícolas e de colheita, impactos da cultura no meio ambiente, e tecnologias de fabricação do etanol, incluindo-se a hidrólise e fermentação. (p. 3).

FAPESP – Brasil líder mundial em conhecimento e tecnologia de cana e etanol: a contribuição da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo); São Paulo, 2007.

Será que os cidadãos brasileiros vão-se mobilizar para enfrentar o risco da expansão do agronegócio? Segundo Shelton Davis, é pouco provável que a idéia de risco ambiental, mesmo seja muito próximo aos cidadãos, “não é suficiente por si só para mobilizar social e politicamente as comunidades” mas precisam ser “socialmente construídos. [...] É necessário que o problema ambiental ou de saúde torne-se uma questão social para que haja mobilização local dos cidadãos e grupos comunitários para a ação, criando as condições para uma regulação informal. (Prefácio).

José Sergio Leite Lopes – A ambientalização dos conflitos sociais;
UFRJ 2004.

PROJETO CANA OU O NOVO DISCURSO SUSTENTÁVEL

Ao longo desse semestre, concebi que todos os nossos casos de conflitos sócio-ambientais estavam ligados com o conceito racional de progresso e desenvolvimento. Quase sempre, seja nos projetos hidrelétricos, petrolíferos, agroindustriais ou minerais, o discurso das empresas, muitas vezes legitimado pelo Estado, lembrava indecentemente a visão racional do mundo construída pelos iluministas e retomada na construção do discurso “moderno” (não contemporâneo, mas de ideologia moderna).

Não pretendo escrever sobre o mito do desenvolvimento, nem sobre a suas conseqüências na História do Brasil, mas queria mostrar que existe uma forte relação entre o pensamento positivista, o conceito de desenvolvimento e a evolução da doutrina do desenvolvimento sustentável que levou o Estado brasileiro a favorecer a extensão massiva da agroindústria, a canavieira no nosso caso, em um âmbito que privilegia a razão cartesiana e a lógica racional-instrumental: *O fim justifica os meios!* Assim, se no escopo do professor Sevá, fala-se da presença anterior de pessoas e povos que serão atingidos pelos grandes projetos, pode-se afirmar, no caso do plano etanol, que estes «meios» justificados pelo «fim», serão os grupos humanos atingidos: os bóias-frias. São eles os primeiros, mas não os únicos, a conhecer a desnaturalização das relações interpessoais na agroindústria canavieira.

Por outro lado, se os trabalhadores nos canaviais, os bóias-frias, os cortadores de cana-de-açúcar, são os primeiros grupos humanos atingidos, a concentração das terras agrícolas é seguramente o maior “território” ameaçado pelo avanço do agronegócio. Como lembra Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA): “A importância da terra para o desenvolvimento do país não pode ser minimizada, pois a extrema concentração da propriedade fundiária constitui o fundamento, e ao mesmo tempo a condição, da reprodução do atual modelo agrícola do país.”² Segundo a mesma ABRA, o agronegócio veio obscurecer as possibilidades de chegar a uma resolução do problema agrário no país, simplesmente ocultando o problema central – rever as bases do pacto agrário – com novos paradigmas:

“A política agrária do denominado “novo mundo rural”, posta em execução desde que se estruturou o pacto do agronegócio no início do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, incide em profunda inconsistência com o paradigma da igualdade social ao tentar escapar da Questão Agrária, mediante compromissos puramente retóricos com a igualdade de gênero, etnias e idades, e com a ilusão de incluir no agronegócio os pequenos produtores e trabalhadores, mediante exercícios de marketing e provisão de crédito subvencionado.”³

No entanto, parece que o novo discurso sustentável do Governo brasileiro veio impor uma “solução” para o aquecimento global; solução que veio impedir o diálogo construtivo entre grupos que tem visões diferentes do mundo, em um contexto político no qual o pluralismo e o relativismo das idéias não tem espaço.

² Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2007. *Qual é a Questão Agrária Atual?* p. 4
<http://www.reformaagraria.org>

³ Idem, p. 13

Desenvolvimento sustentável

Encontramo-nos em um momento muito particular da história do modelo capitalista. O descobrimento da escassez das matérias primas, e principalmente das fontes de energia fósseis, obriga o homem a refletir sobre a sua responsabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, o leva frente a uma reelaboração dos conceitos básicos do seu modelo de desenvolvimento. Parece que o novo conflito social central – definido por Alain Touraine como a luta dos “verdadeiros” movimentos sociais (Touraine 1995) – será para definir o novo padrão cultural delineando o uso e a apropriação das matérias primas para preservá-las e não, como foi bem claro na luta marxista dos dois últimos séculos, somente para melhorar a sua distribuição.

Até hoje, o padrão de crescimento do consumo não fora revertido, nem repensado, e o novo discurso de “consumo sustentável” vem reforçar as ações da ideologia da “modernização ecológica” que irá, segundo o pensamento dominante, resolver “o núcleo do problema ambiental – o desperdício de matéria e energia”⁴. Longe de resolver os conflitos socioambientais, esse discurso vem camuflar os pesados problemas de igualdade, concentração de terras e da justiça ambiental, sobretudo nos países do sul e nas regiões mais pobres do planeta (Ascelrad 2004).

Assim, o novo projeto “etanol” do Estado brasileiro encaixa-se perfeitamente nesse modelo de “modernização ecológica”, tanto no discurso “sustentável” como nos conflitos que são e serão gerados nos próximos anos. Até hoje, o único esforço internacional para resolver as prováveis ameaças e os conflitos socioambientais ligados ao etanol foram a edificação de regras, assim como de recomendações sociais para as grandes empresas canavieiras. No nível nacional, as novas iniciativas de agronegócio, juntas com “a retomada de iniciativas políticas voltadas à viabilidade de projetos de infra-estrutura”, lembram, para alguns analistas, “a tão criticada política de “integração nacional” do período militar, voltada ao crescimento econômico do mercado interno”⁵. Mas, como explica Andréa Zhouri, se o discurso do Estado brasileiro lembra a ideologia desenvolvimentista da época militar, o contexto atual impede certas reelaborações e a estratégia oficial parece, hoje em dia, parcialmente outra:

A atual retórica oficial, no entanto, deixa de entrever pelo menos duas diferenças: i) o crescimento econômico deve ser estimulado para a “integração internacional” ao mercado “globalizado”, por meio das exportações; ii) para que se evitem os “erros do passado”, mas em atendimento, de fato, às exigências das instituições de crédito internacionais, o planejamento deve ser feito com o envolvimento da sociedade no processo. Por essa via, espera-se alcançar o desenvolvimento “sustentável”. (Zhouri 2005: 11)

⁴ Henri Ascelrad, 2004. “Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas” in Henri Ascelrad et al., *Justiça Ambiental e Cidadania* (Orgs). Rio de Janeiro: Relume-De umará, Pp. 23-39.

⁵ Zhouri et al., 2005. “Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais” in Zhouri et al., *A insustentável leveza da política ambiental* (Orgs). Belo Horizonte: Autêntica. Pp. 11-64.

Leis internacionais e racionalidade instrumental

As leis internacionais, através da OMC e da OCDE, obrigam o Brasil a cumprir certos princípios para poder vender o etanol brasileiro nos mercados internacionais. A União Européia teve um papel muito importante na delimitação desses princípios e o OCDE já publicou um relatório para mostrar suas dúvidas a respeito da possibilidade que tem o Brasil de cumprir esses princípios, sobretudo no âmbito de um impacto negativo nos preços dos produtos alimentares (Doornbosch, Richard and Ronald Steenblik 2007).

Um desses princípios internacionais impede o uso de condições escravistas para os trabalhadores dos canaviais. O Brasil, com a ajuda da academia, deu uma importância grande em tratar de provar que cumpria, ou iria cumprir em breve, as condições impostas pelos princípios internacionais; o princípio anti-escravidão incluído. Como se sabe, as condições de trabalho nos canaviais são muito duras e tendem a ser vistas como escravistas (Novaes 2007, Eklöf 2007), e as condições de moradia são consideradas insalubres e levam a pensar que não respeitam a dignidade humana. De fato, como explicou o professor Storel no “Seminário sobre condições de vida e de trabalho na agroindústria canavieira”: um galpão de quarenta camas, um banheiro para todos (sem porta), um tanque de lava-roupa (meio destruído) e nenhuma ventilação; esse é o típico alojamento para os trabalhadores de um canavial. Cada dia, esses trabalhadores cortarão não menos de dez toneladas de cana queimada (menos de dez e serão despedidos sem nenhuma compensação) e os melhores, até trinta toneladas! Esse rendimento não é sem conseqüências: mais de 25 mortos (declarados) no ano 2007... (Storel 2007).

Mas, como será possível que um país como o Brasil legitime essa escravidão? Será que os valores de dignidade humana não são de grande importância para os empresários e os políticos envolvidos na propagação do projeto canavieiro? Será que se considera que os trabalhadores da cana aceitam essas condições porque não tem outra escolha possível?

Em um artigo sobre a evolução da moral, Raymond Bouton explica como um Estado pode, por algumas razões “históricas”, legitimar certos valores porque não se vê outra opção para o bem da sociedade:

Les Grecs anciens ont établi des institutions admirées parce qu'ils les voulurent respectueuses de la dignité du citoyen. Mais ils estimaient l'esclavage légitime, car ils étaient convaincus de son intérêt fonctionnel pour la société.

[Os antigos Gregos estabeleceram instituições admiradas porque as queriam respeitadas da dignidade do cidadão. Mas consideravam a escravidão legítima, sendo que estavam convencidos do seu interesse funcional para a sociedade] (Bouton 2006: 883).

Poder-se-ia pensar que os defensores do projeto canavieiro vêem as condições de trabalho nos canaviais como legítimas, possibilitando a produção do etanol a menor custo (condições que serão melhoradas com a mecanização supostamente iminente), mas não quer dizer que esses defensores do projeto vêem a escravidão como legítima em si, mas que algumas “forças históricas”⁶ fazem com que a produção do etanol seja dela dependente:

Montesquieu le condamne [l'esclavage] sans ambiguïté. Il le déclare « contre-nature ». Mais il ne croit pas possible de le supprimer dans les possessions françaises, car cela ferait, selon

⁶ Max Weber designa esse conceito como uma conjuntura que pode produzir uma evolução contrária à racionalidade (Max Weber 1995, apud Bouton 2006).

lui, grimper le prix du sucre au point de le rendre non compétitif.

[Montesquieu condena a escravidão com clareza. O declara contra-natureza. Mas não acha possível a sua abolição nas colônias francesas porque isso faria, segundo ele, subir os preços do açúcar até um nível que o tornaria não competitivo.] (Boudon 2006: 883).

A escravidão está hoje oficialmente abolida. No Brasil, foi dotada de um valor negativo e qualquer “renascimento” será escondido e inconfessado, independentemente da força histórica que a legitime.

E justamente, essa força histórica (ou estrutural-instrumental), é quase sempre a mesma, simplesmente realista no âmbito da soberania do Estado-nação, desde a Grécia antiga, passando pela França de Montesquieu: o Brasil de hoje quer conservar a sua posição no quadro da economia-política internacional. Mas, quais são as peças do discurso político que o Brasil usa para legitimar os impactos negativos nas condições de trabalho nos canaviais?

Como explica Max Weber, ser político é aceitar uma predisposição a pensar de modo racional-instrumental para resolver problemas éticos:

[...] l'éthique de la conviction et l'éthique de la responsabilité ne sont pas contradictoires, mais elle se complètent l'une et l'autre et constituent ensemble l'homme authentique, c'est-à-dire un homme qui peut prétendre à la “vocation politique”.

[a ética da convicção e a ética da responsabilidade não são contraditórias, mas se complementam uma à outra e constituem juntas, o homem autêntico, um homem que pode almejar a “vocação política”] (Weber 1959: 199)

Portanto, parece que o discurso político atual usa de dois principais argumentos: o mito do desenvolvimento, junto do mito da modernização ecológica como a solução para a crise ambiental mundial. O propósito, nas seguintes páginas, não é aumentar os argumentos dos céticos sobre a realidade da crise, mas sim ver porque o Estado brasileiro usa a retórica do desenvolvimento sustentável para levar adiante o plano etanol, mesmo que esse plano possa agravar os conflitos socioambientais.

Positivismo, ordem e desenvolvimentismo no Brasil

Como explica o Professor Sevá, do Departamento de Energia / FEM, e do Programa de pós-Graduação em Antropologia Social / IFCH da UNICAMP, a energia e a mecanização – a primeira possibilitando a segunda – foram, historicamente, duas peças-chaves para o fundamento da acumulação capitalista e estão fortemente ligadas com a noção atual de desenvolvimento (Sevá 2002). Além de tudo, essas peças-chaves resultaram em uma drástica revolução para o mundo e principalmente para os trabalhadores rurais e os recursos naturais:

O aumento do capital fixo e o uso intensivo de energias dispensam trabalho humano direto, suprimem, substituem, ou requerem menor presença humana, desestruturam e rearranjam a organização do trabalho. Aumentando as potências das máquinas, as escalas de produção, de fabricação, de transportes, intensifica-se a exploração dos recursos, muitos deles finitos, e outros que para serem renováveis, há que se investir nisto. Enfim, mecanizar e automatizar pode em vários casos, significar um *retrocesso das forças produtivas* (em itálico no texto original): parte da mão de obra é desempregada, o saber técnico é deslocado, aumentam os

custos de extração mineral, e mesmo os recursos essenciais como água doce limpa e terras férteis podem se reduzir muito (Sevá 2002: 3).

Antes de mergulhar no mito do desenvolvimento, alguns outros conceitos poderiam dirigir-nos, passo a passo, a fim de compreender melhor o discurso sustentável. Muitos autores voltam até os anos sessenta (Leff) ou setenta (Hajer 1997) do século XX para explicar os fundamentos da modernização ecológica, situadas no que se considera como o princípio do movimento ambientalista contemporâneo. Porém, talvez se deva buscar a essência do pensamento desenvolvimentista que tantas vezes foi, e será, ligado com a idéia positivista de progresso.

De fato, mesmo se o prestígio político do positivismo fora efêmero e ocasional (Costa 1956), pode-se dizer que o Brasil esteve influenciado pelas teorias positivistas de Auguste Comte – retomando dois princípios do pensamento na bandeira nacional: ordem e progresso (Capurro 2005, Sévá 2002) – e pode-se pensar que, até hoje, influenciou várias ideologias desenvolvimentistas da história do país (Lins 1967). Assim:

As idéias, geralmente de importação, sofrem as vicissitudes da moda, do aparecimento de certas obras no mercado livreiro e são submetidas ao capricho da novidade. O positivismo não escapa à regra embora se mantenha, de modo difuso, em virtude de diversas razões, a influir sobre a inteligência brasileira. (Costa 1956: 13).

A comunicação de Miguel Lemos, diretor da Igreja e Apostolado Positivista no Brasil, em 1893, chama a atenção sobre a suposta influência da doutrina no país, assim como sobre o avanço que teve a escola positivista na sociedade brasileira durante a formação da República. Ele propôs nada mais que ajudar o Estado brasileiro a obter a *ordem* na sociedade, com o *progresso* científico. De fato, Miguel Lemos chama o Estado brasileiro a ajudar a expansão da doutrina positivista para restabelecer o equilíbrio perdido desde o final da idade média, sobre tudo porque o Estado será, segundo ele, incapaz de resolver o anarquismo sem a doutrina positivista:

Pour résoudre un tel problème [l'anarchisme] il n'y a qu'un moyen, c'est de réorganiser la société sous l'inspiration d'une doctrine combinant la science, étendue aux phénomènes sociaux et moraux, avec le plus pur amour de l'humanité. Or cette doctrine, nous en sommes convaincus, existe déjà, c'est la nôtre, c'est la religion fondée par Auguste Comte. La paix universelle dépend de son triomphe.

[Para resolver esse problema [o anarquismo] só há uma solução, é reorganizar a sociedade com a inspiração de uma doutrina combinando a ciência, estendida aos fenômenos sociais e morais, com o mais puro amor da humanidade. Somos convencidos por essa doutrina que já existe e é a nossa; a religião fundada por Auguste Comte. A paz universal depende do seu triunfo.] (Lemos 1893: 43).

Se é possível supor que o maior legado do pensamento positivista de “Augusto Comte foi sobretudo a sua orientação ditatorial”⁷, talvez possa-se afirmar também que a doutrina positivista deixou, no país, um entusiasmo para as ciências e para a modernidade; entusiasmo que estava, de modo geral, compartilhado com os outros países ocidentais.

Para compreender melhor o que significou esse passo para a modernidade, temos de voltar às raízes do conceito. Assim, segundo as análises de Habermas, a modernidade traz, desde o século cinco, uma conotação de quebra entre o novo e o velho, uma imagem de uma nova

⁷

José Maria dos Santos, *A política geral do Brasil*, apud Costa 1956, p. 17.

época, sem oposição com as tradições⁸. Mesmo se essa nova época, “the modern age”, tenha nascido na Grécia clássica, alguns filósofos românticos do século XIX começaram a opor o *clássico* com o *romântico*, e as visões românticas da época medieval⁹, idealizadas, criaram uma separação drástica com a época clássica formando um novo começo, junto com as idéias do Iluminismo. Assim, o conceito da modernidade, para preencher a falta de passado, ligada ao conceito de “new age”, teve que encontrar um novo paradigma, uma força própria; só pôde sobreviver ligado à razão:

Because modernity understands itself in opposition to tradition, it seeks a foothold for itself, so to speak, in reason. Even if those who regarded themselves as modern had always invented an idealized past as an object for imitation, as modernity grew self-reflective it was obliged to justify its choice of models according to its own standards, and create all its normativity from out of itself. Modernity had to stabilize itself through its own authority, the only authority remaining: that of reason. For only in the name of Enlightenment was it able to devalue and overcome tradition. [...] [So] philosophy conceives modernity as a child of the Enlightenment. (Habermas 2001: 132-133)

Para o sociólogo francês, Alain Touraine, o conceito de modernidade caracteriza-se pela sua capacidade de destruir as tradições, os particularismos e as religiões assim como a abertura ao caminho da razão e a suas realizações (Touraine 1985). Na mesma linha de pensamento, outros autores julgaram a inclusão da razão no processo de modernização como as origens de uma quebra entre o mundo da natureza e o mundo do homem, origem da oposição entre natureza e cultura (Hannigan 1995, Reclus et al. 2004, Chapelier 2005). Longe de apreciar essa oposição como resultante da modernidade, Matias Finger considera que, se a visão racional do mundo foi o “combustível” do processo de modernização, junto com as ciências e o desenvolvimento econômico baseado nas fontes de energia fósseis, a maior “força motriz” desse processo foi “the increasingly artificial, yet heavily institutionalized separation between culture and nature, between society and the biophysical world” (Finger 1994). De modo mais concreto, Finger concebe o motivo dessa oposição como sendo a formação de um modelo de desenvolvimento baseado na superação da natureza pelo homem:

By separating the natural from the social sciences society has, indeed, set up a process of mutual reinforcement: on the one hand, some natural sciences and corresponding technologies contribute to the increased mastery over nature, thus producing the ingredients necessary for socio-economic development and modernization. Scientifically managing society’s development on the other hand guarantees that human, financial, political, and other resources are made available for the pursuit of mastering nature. (Finger 1994)

Entretanto, apesar de ser a base de uma crítica judiciosa contra o modelo do desenvolvimento moderno e seus impactos sobre a natureza, ainda não explica a aparição do conceito desenvolvimento, nem a febre que criou para chegar a super-industrialização.

⁸ Aqui queria esclarecer que o mesmo termo “ambientalização” contem essas conotações de quebra e novidade. Assim, como explicam os autores do livro “A ambientalização dos conflitos sociais”, o termo “é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos” (Lopes et al. 2004: 17).

⁹ Aqui nota-se a concordância do pensamento idealizador sobre a idade média nas visões dos filósofos românticos e nas palavras de Miguel Lemos.

No levantamento de argumentos para explicar a formação desse conceito, o professor Sevá explica como a “contabilidade dos fluxos econômicos” se transformou no século XX em uma “Contabilidade Nacional” que permitiu desde então avaliar, entre outras coisas, as taxas de acumulação de capital e o grau de desenvolvimento das forças produtivas das economias nacionais. Esses indicadores trouxeram a noção de riqueza das nações e tinham, obviamente, que seguir crescendo. Assim nasceu, após a segunda grande guerra, “uma doutrina baseada em *“etapas”* de um processo geral de crescimento, segundo a qual cada nação hoje rica teria passado antes por estas etapas”; doutrina essa que levou o presidente estadunidense Truman, e uma grande parte do mundo, a estimar o grau de civilização de um país com o nível da sua produção. No Brasil, Celso Furtado, como pesquisador da CEPAL, “ajudou a entronizar a expressão “desenvolvimento” associando-a com *uma meta política para os nossos países*” prevendo a superação do atraso através do “planejamento estatal [...] [e do] fortalecimento de uma classe empresarial nacional” (Sevá 2002: 5):

Se na virada do século XIX, o positivismo e a caserna gravaram na primeira bandeira republicana o “*progresso*” depois da “*ordem*”, - passado cinquenta, sessenta anos, pode-se dizer que uma boa parcela da ação estatal estava com outra bandeira assumida no nome, na função, no estatuto – o *desenvolvimento* (Sevá 2002: 6).

Ao mesmo momento, a esfera agrária conhecia outro tipo de evolução ideológica. Como a maioria dos países do mundo, o Brasil presenciou grandes mudanças estruturais nas últimas décadas e reestruturou drasticamente o setor agrário seguindo os princípios da revolução verde. Junto com o discurso desenvolvimentista do Estado, esse processo “foi realizado com forte intervenção estatal, através da adoção de políticas agrícolas e agrárias” (MDA e DIEESE 2007):

A implantação forçada de culturas comerciais e dos modelos tecnológicos da revolução verde criou processos de degradação ambiental. Estes se traduziram em uma crescente polarização social no campo, com graves processos de desnutrição nas áreas onde maiores impactos teve o processo de modernização econômica (Tudela 1989, apud Leff 2001: 303).

Assim, essa modernização significou uma série de mudanças significativas para os trabalhadores rurais, trazendo precariedade e obrigando muitos a transformarem-se em migrantes, revolucionando a essência da condição de trabalhador rural:

As relações tradicionais, representadas pelo emprego permanente de trabalhadores para as atividades gerais da propriedade, muitos deles residentes, foram progressivamente sendo substituídas por novas formas de contratação. Os trabalhadores rurais passaram a participar apenas de algumas fases do processo produtivo, em uma relação mais impessoal com os empregadores, através de contrato de trabalho temporário, limitado, na maioria das vezes, ao período de safra. Com a introdução de grandes áreas de monocultura, o trabalhador não encontra alternativa de ocupação fora de determinados períodos e se vê obrigado a migrar para outros municípios ou regiões do país em busca de outros empregos temporários. Conseqüentemente, também cresceu a utilização de barracões para alojamento temporário.¹⁰

Pode-se ver então que a modernização ocorrida a partir dos anos 50 veio com a

¹⁰ MDA e DIEESE 2007. *Estudo sobre as convenções coletivas da categoria canavieira – São Paulo, Pernambuco e Goiás 1989-2005*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. p.11

desnaturalização das relações interpessoais. Essa “impessoalização” das relações entre os trabalhadores e os empregadores só pôde ser feita em nome da produtividade que estava ligada ao pensamento racional. De fato, manter relações “humanizadas” com os empregados seria irracional, quase imoral, se isso fizesse baixar os lucros da empresa que tem um orçamento a respeitar e um relatório financeiro a apresentar para os investidores. O poder econômico já não tem obstáculos:

[A] razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa idéia de progresso da civilização [...] a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental (Leff 2001: 15).

Contudo, o Brasil estava perto de outra revolução! Uma revolução tão ideológica quanto a positivista e desenvolvimentista, que deveria, oficialmente, levar a uma reflexão do modelo de desenvolvimento: a revolução ecológica.

Até a década de 70, o país realizava-se no mito desenvolvimentista e a questão ambiental, sob a perspectiva de valores predatórios, era tratada como a antítese do desenvolvimento nacional” (Ferreira 1995: 15).

O mito da modernização ecológica

“Quant l’État brésilien programme de défricher un quart de l’Amazonie, il ne menace pas directement mes intérêts. Il ne menace pas seulement la diversité « biologique » mais encore la diversité politique du monde humain. Quand un ensemble d’États s’entendent pour favoriser une « solution » unique ou prédominante à la question de l’énergie, ils menacent ensemble la possibilité de choix variés (Duclos 2006: 13).”

[Quando o Estado brasileiro programa de desbravar um quarto da Amazônia, ele não ameaça meus interesses diretamente. Ele não ameaça apenas a diversidade biológica, mas também a diversidade política do mundo humano. Quando um conjunto de Estados se entende para buscar uma solução única ou predominante à questão energética, eles ameaçam, juntos, a possibilidade de várias escolhas.]

Como explicam as professoras Ferreira no artigo « Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade », os oficiais brasileiros revelaram, na Conferência de Estocolmo de 1972 sobre meio-ambiente, que o Brasil deve a sua posição geopolítica internacional a duas conjunturas: “a ausência de leis, normas, ou regras de organização do espaço de constituição da política ambiental brasileira, aliada à desvalorização brutal da mão-de-obra nacional no mercado de trabalho mundial” (Ferreira 1995: 15). Nesse contexto, “institucionalizar ou dar respostas oficiais a demandas pela melhoria da qualidade ambiental significava, antes mais nada, abdicar do poder de barganha na ordem econômica internacional” (Ferreira 1995: 15).

O Estado brasileiro precisou então fazer um trabalho profundo para modificar a sua estratégia desenvolvimentista e, para isso, era preciso mudar também a opinião pública sobre o obstáculo ecológico. Porém, nesse tempo a ecologia era vista como a pior inimiga do crescimento econômico, tanto pela opinião pública como pelo Estado, simplesmente porque os ecologistas

apresentavam uma visão crítica do modelo de crescimento e pediam sua re-elaboração. Se nos anos setenta, falava-se de uma mudança até o “ecodesenvolvimento”, o conceito iria em breve desaparecer para dar luz ao “desenvolvimento sustentável”:

[...] as próprias estratégias de resistência à mudança da ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas do ecodesenvolvimento. Daí surge a busca de um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza (Leff 2001: 18).

O surgimento de um conceito aliando ecologia e crescimento econômico permite assim aos poderes políticos a possibilidade de ficar com o mesmo modelo capitalista:

Se nos anos 70 a crise ambiental alertou para a necessidade de frear o crescimento diante da iminência do colapso ecológico, agora o discurso neoliberal afirma que já não existe contradição entre ambiente e crescimento. [...] O discurso dominante da sustentabilidade promove um crescimento econômico sustentável, eludindo as condições ecológicas e termodinâmicas que estabelecem limites e condições à apropriação e transformação capitalista da natureza. (Leff 2001: 22-23).

Vemos então que a mesma retórica é mantida e que a racionalidade instrumental (econômica nesse caso), agora representada pelo discurso sustentável, segue dando forças aos empreendedores para enfrentar as reivindicações sociais:

A fatalidade de nosso tempo se expressa na negação das causas da crise socioambiental e nessa obsessão pelo crescimento que se manifesta na ultrapassagem dos fins da racionalidade econômica. [...] O discurso do desenvolvimento sustentável vai engolindo o ambiente como conceito que orienta a construção de uma nova racionalidade social. A estratégia discursiva da globalização gera uma metástase do pensamento crítico, dissolvendo a contradição, a oposição e a alteridade, a diferença e a alternativa para oferecer-nos em seus excrementos retóricos uma re-visão do mundo como expressão do capital (Leff 2001: 25).

A modernização ecológica foi assim construída pelos economistas para enfrentar a crítica do movimento ecologista dos anos 70 com a ajuda da “estratégia discursiva da globalização”, essa mesma globalização que, segundo alguns autores, transformou radicalmente a sociedade e criou uma multidão humana totalmente despolitizada, por causa da planetização, e impediu então aos cidadãos a possibilidade de encontrar uma solução viável ao problema ambiental global:

Une hypothèse doit être soulevée, bien qu'elle soit peu rassurante: il est plausible que, bien que nous sachions depuis longtemps où va la société humaine chevauchant l'industrie et la technologie (en fait: droit dans le mur), il nous soit *tout-à-fait impossible* d'empêcher quoi que ce soit! Pour une raison simple, mais parfaitement inadmissible: la société humaine planétaire, en tant que gigantesque masse vivante imprégnée de puissance technique, n'aurait plus rien à voir avec une entité politique ou politisable. Ce serait seulement un *phénomène géologique, ou géobiologique, voir géotechnologique*.

[Uma hipótese tem que ser elaborada, mesmo se ela é pessimista: é possível que, mesmo se sabemos desde muito tempo para onde vai a sociedade humana entre a indústria e a tecnologia (de fato: diretamente na parede), nos seja totalmente impossível de impedi-lo! Por uma razão simples, mas perfeitamente inadmissível: a sociedade humana planetária, como uma gigantesca multidão cheia de poder tecnológico, já não seria uma entidade política ou

politizável. Seria somente um *fenômeno geológico, ou geobiológico, até geotecnológico.*]
(Duclos 2006: 8)

Na verdade, o autor tenta nos mostrar a importância da política na sua forma democrática para chegar a construir um mundo mais ecológico; simplesmente porque, segundo Duclos, um mundo mais democrático chegaria a ser cada vez mais pluralista e respeitoso do outro, e das idéias e visões desse outro. O pluralismo seria um critério fundamental para criar uma vontade de auto-limitação através da limitação recíproca, menos agressiva e opressiva ! Assim, o importante na “luta” ecológica é a busca de uma nova vida política mais enfocada na diferença do outro e que deveria rever os conceitos de soberania e de separação dos poderes... Bastante utopista para uma vida política moderna:

Or la séparation des pouvoirs a été conçue – depuis Montesquieu – comme une opération de physique sociale, de mécanique humaine transposée de la mécanique newtonienne. Et non pas comme une métamorphose de la souveraineté – impossible à scinder en son principe [...]. C’est pourtant l’enjeu exact de notre époque: comment dépasser une vision mécanique des pouvoirs, pour passer à une séparation des passions souveraines ?
[No entanto, a separação dos poderes foi concebida – desde Montesquieu – como uma operação de física social, de mecânica humana transferida da mecânica newtoniana. E não como uma metamorfose da soberania – impossível de separar em seu princípio [...]. É exatamente o desafio da nossa época: como ir mais além da visão mecânica dos poderes, para chegar em uma separação das paixões soberanas?]
(Duclos 2006: 14)

Estamos bem longe da nova “estratégia oficial” da qual falava Zhouri explicando que essa estratégia era baseada no « planejamento [que] deve ser feito com o envolvimento da sociedade no processo ». Parece óbvio que não era « para que se evitem os “erros do passado” » mas só para cumprir « às exigências das instituições de crédito internacionais » (Zhouri 2005: 11). Na verdade, está bem claro para os sociólogos do NEPAM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – Unicamp) que o discurso ambientalista do Estado brasileiro é simplesmente superficial:

À medida que o parque industrial brasileiro continua tão poluente quanto antes fica difícil apontar para a mudança. Pelo contrário, nunca se falou tanto de meio ambiente no país, mas superficialmente (Ferreira 1995: 17).

Mais uma vez, a razão instrumental se impõe, e não para o bem da nossa sociedade, nem para a da planeta:

Deste modo, a ideologia do desenvolvimento sustentável desencadeia um delírio e uma inércia incontrolável de crescimento. O discurso da sustentabilidade monta um simulacro que, ao negar os limites do crescimento, acelera a corrida desenfreada do processo econômico para a morte entrópica. A racionalidade econômica desconhece toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentida para controlá-la. Se as ecosofias, a ecologia social e o ecodesenvolvimento tentaram dar novas bases morais e produtivas a um desenvolvimento alternativo, o discurso do neoliberalismo ambiental opera como uma estratégia fatal que gera uma inércia cega, uma precipitação para a catástrofe (Leff 2001: 23).

Referências

Ascelrad, Henri (2004). “Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas” in Henri Ascelrad et al., *Justiça Ambiental e Cidadania* (Orgs). Rio de Janeiro: Relume-De umará, Pp. 23-39.

Associação Brasileira de Reforma Agrária (2007). *Qual é a Questão Agrária Atual?* <http://www.reformaagraria.org>

Brasil de Fato (22 a 28 de novembro de 2007). *O holocausto do povo Guarani-Kaiowa no Mato Grosso do Sul*. Pp. 4-5.

Bermann, Célio (2007). « Impasses e controvérsias da hidreletricidade ». *Estudos Avançados* 21 (59), Pp. 139-153.

Costa, Cruz 1956. *O positivismo na República. Notas sobre a História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 205 p.

Dias, Guilherme Leita da Silva (2007). « Um desafio novo: o biodiesel ». *Estudos Avançados* 21 (59), Pp. 179-183.

Doornbosch, Richard and Ronald Steenblik (2007). *Round Table on Sustainable Development. Biofuels: Is the Cure Worse than the Disease?* Paris: Organisation for the Economic Co-operation and Development (OECD). 56 p.

Duclos, Denis (Org.) (2006). *Pourquoi tardons-nous tant à devenir écologistes?* Paris: L’Harmattan.

Eklöf, Göran (2007). *Fuel for development? The implications of growing demand for biofuels from the south*. Stockholm: Swedish Society for Nature Conservation. 36p. *disponível no Internet I:* www.snf.se/pdf/rap-trafik-biofueldev.pdf

Ferreira, Leila da Costa e Ferreira, Lúcia da Costa (1995). « Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para

o estado e para a sociedade ». in Daniel Joseph Hogan e Paulo Freire Vieira (Orgs.), *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas: Editora da Unicamp. Pp. 13-36.

Frei Sérgio Antônio Görgen ofm (2004). *Os novos desafios da agricultura camponesa*. Publicação Independente, 3ª edição. 87 p.

Finger, Matthias (1994). « NGOs and transformation: beyond social movement theory. » in Princen, Thomas and Matthias Finger, *Environmental NGOs in World Politics*, London & New York: Routledge. Pp. 48-66.

Habermas, Jürgen 2001. “Conceptions of Modernity. A look back at two traditions”. in *The Postnational Constellation*. trad. Max Pensky. Cambridge: The MIT Press. pp. 130-156.

Hajer, Maarten A. 1995. *The politics of environmental discourse. Ecological modernization and the policy process*. Oxford: Clarendon Press. 332 p.

Hogan, D. & P.F. Vieira 1995. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Unicamp. 234 p.

IPC & REIL (2006). *WTO Disciplines and Biofuels: Opportunities and Constraints in the Creation of a Global Marketplace*. Washington: International Food & Agricultural Trade Policy Council. Outubro 2006, 44 p. *disponível no Internet:* WTO_Disciplines_Biofuels.pdf - www.agritrade.org/Publications/DiscussionPapers/WTO_Disciplines_Biofuels.pdf

Leff, Enrique 2001. *Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes. 343 p.

Leme, Rodrigo Marcelo 2005. *Estimativa das emissões de poluentes*

atmosféricos e uso de água na produção de eletricidade com biomassa de cana-de-açúcar. Dissertação de Mestrado em planejamento de sistemas energéticos. Campinas: Unicamp, Faculdade de engenharia mecânica. 144 p.

Lemos, Miguel 1893. *L'apóstolat positiviste au Brésil. Douzième circulaire annuelle. Adressée aux coopérateurs du subside positiviste brésilien.* Rio de Janeiro: Siège central de l'Église positiviste du Brésil, janvier 1984. 44 p.

Lins, Ivan 1967. *História do positivismo no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional. 707 p.

Lopes, José Sergio Leite - coordenador (2004). *A ambientalização dos conflitos sociais: Participação e controle público da poluição industrial.* Rio de Janeiro: Relume De umará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 333p.

MDA e DIEESE (2007). *Estudo sobre as convenções coletivas da categoria canavieira – São Paulo, Pernambuco e Goiás 1989-2005.* Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Novaes, José Roberto Pereira (2007). « Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas » Estudos Avançados 21 (59), pp. 167-177.

Reclus, Elisée, John P. Clark, and Camille Martin 2004. *Anarchy, Geography, Modernity: The Radical Social Thought of Elisée Reclus.* Lanham, Md: Lexington Books.

Sevá, Arsênio Oswaldo (2002). «

Tópicos de Energia e Ideologia no início do século XXI: *desenvolvimento* como panacéia? *sustentabilidade* como guia de corporações poluidoras? » Artigo apresentado no grupo temático “Energia e Meio Ambiente”, do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Campinas. Novembro 2002.

Storel, Antônio Oswaldo. « Mesa I – Expansão da agroindústria canavieira e suas implicações trabalhistas », no *Seminário sobre condições de vida e de trabalho na agroindústria canavieira*, Campinas: IFCH/Unicamp, organizado pelos pesquisadores do Centro de Estudos Rurais (CERES) da UNICAMP, nos dias 17 e 18 de outubro 2007.

Touraine, Alain (1985). « An Introduction to the Study of Social Movements ». *Social Research*, vol. 52, No. 4 (Winter 1985). Pp. 749-787.

Weber, Max 1959. *Le savant et le politique.* Paris: Librairie Plon. 230 p.

Zhourri et al. (2005). “Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais” in Zhourri et al., *A insustentável leveza da política ambiental* (Orgs). Belo Horizonte: Autêntica. Pp. 11-64.

Páginas Web:

<http://www.agritrade.org>

<http://www.bioenergytrade.org>

<http://www.cei.org>